

MONICA SPEZIA JUSTEN
CESAR PEREIRA
MARÇAL JUSTEN NETO
LUCAS SPEZIA JUSTEN

Coordenação Geral

UMA VISÃO HUMANISTA DO DIREITO

HOMENAGEM AO PROFESSOR MARÇAL JUSTEN FILHO

Volume 2

Filosofia e Teoria Geral do Direito

Coordenação temática: Guilherme F. Dias Reisdorfer

Direito Constitucional

Coordenação temática: Clèmerson Merlin Clève

Licitações e Contratações Administrativas

Coordenação temática: Alexandre Wagner Nester e Egon Bockmann Moreira

Direito Tributário

Coordenação temática: Betina Treiger Grupenmacher

Belo Horizonte

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO
2025

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo

Revisão: Bárbara Ferreira

Capa, projeto gráfico e diagramação: Walter Santos

Rua Paulo Ribeiro Bastos, 211 – Jardim Atlântico – CEP 31710-430

Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 99412.0131

www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

U48 Uma visão humanista do direito: homenagem ao Professor Marçal Justen Filho / Monica Spezia Justen, Cesar Pereira, Marçal Justen Neto, Lucas Spezia Justen (coord). Belo Horizonte: Fórum, 2025. v. 2.

967 p. 17x24cm

v. 2

ISBN impresso 978-65-5518-916-2

ISBN digital 978-65-5518-914-8

1. Direito constitucional. 2. Licitações. 3. Contratações administrativas. 4. Direito tributário. 5. Filosofia. 6. Teoria Geral do Direito. I. Justen, Monica Spezia. II. Pereira, Cesar. III. Justen Neto, Marçal. IV. Justen, Lucas Spezia. V. Título.

CDD: 342

CDU: 342

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

JUSTEN, Monica Spezia; PEREIRA, Cesar; JUSTEN NETO, Marçal; JUSTEN, Lucas Spezia (coord.). *Uma visão humanista do direito: homenagem ao Professor Marçal Justen Filho*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. v. 2. 967 p. ISBN 978-65-5518-916-2.

SUMÁRIO

NOTA DOS COORDENADORES

MONICA SPEZIA JUSTEN, CESAR PEREIRA, MARÇAL JUSTEN NETO, LUCAS SPEZIA JUSTEN	29
---	----

FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO

(Coordenador: Guilherme F. Dias Reisdorfer)

VIVÊNCIA E APLICAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO NO BRASIL

ALEXANDRE AROEIRA SALLES	33
I Introdução: a filosofia do Direito e o professor Marçal Justen Filho	33
II O ser humano e a formação do Estado e do Direito	35
III A fonte biológica: o cérebro do ser humano (<i>Homo sapiens</i>)	36
IV Conclusões: o poder de polícia como uma das fontes de educação dos cidadãos e de transformação da sociedade	45
Referências.....	49

DIREITO COMO FATO INSTITUCIONAL

ANDRÉ LUIZ FREIRE	51
1 O que é um “jurista”?	51
2 O fardo ontológico da realidade social	53
3 Elementos necessários para a criação da realidade social.....	55
3.1 A intencionalidade.....	56
3.2 Regras regulativas e constitutivas	59
4 Dos fatos brutos aos fatos institucionais.....	60
5 A criação e a manutenção de fatos institucionais.....	62
6 O Direito como instituição e como fato institucional.....	63
Referências.....	66

A NOÇÃO CONTEMPORÂNEA DE DIREITO SUBJETIVO – UM TEMA DE TEORIA GERAL VISTO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO

GUILHERME REISDORFER.....	69
1 Prólogo: a homenagem a Marçal Justen Filho.....	69
2 O tema e a proposta de abordagem.....	69
3 Um ponto de partida histórico: o direito subjetivo entre afirmação e negação – variações em torno de tendências subjetivistas e objetivistas	70
4 O abalo da centralidade do direito subjetivo: distinção em face de direitos enfraquecidos, interesses legítimos e meros interesses.....	72
5 Constitucionalização e direitos fundamentais: impactos dogmáticos e práticos	74
6 Da configuração estrutural à configuração funcional da noção de direito subjetivo – a tendencial integração das noções de “direito” e meros “interesses”	75
7 Fechamento	80
Referências.....	81

A TEORIA HERMENÊUTICA DE MARÇAL JUSTEN FILHO

GUSTAVO KAERCHER LOUREIRO, RAFAEL MAFFINI	83
Introdução	83
I Elementos de uma teoria geral da hermenêutica	84
I.1 Introdução	84
I.2 O caráter ontológico ou existencial da hermenêutica	85
I.3 O círculo hermenêutico	86
I.4 A pré-compreensão	86
II A hermenêutica jurídica	88
II.1 Conceito e objetos sobre os quais se aplica.....	88
III Anotações críticas.....	94
IV Conclusão	96

DIREITO ADMINISTRATIVO E A FORMAÇÃO DA CIDADANIA

JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES.....	97
1 Introdução	97
2 Da formação da cidadania e os regimes políticos	98
3 De John Rawls a Michael Sandel.....	99
4 Da consciência do que deve ser feito.....	101
5 Da influência da doutrina do Direito Administrativo	102
6 Da influência da doutrina de Marçal Justen Filho.....	103
7 Da influência da doutrina na formação do novo Direito Administrativo	105
8 Da necessidade de melhor compreender a evolução do Direito Administrativo como instrumento da formação da cidadania	107
Referências.....	109

ENTRE SEGURANÇA, JUSTIÇA E O BEM COMUM

JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES.....	111
--	------------

QUE DIREITO ADMINISTRATIVO É ESTE? DESAFIOS PRESENTES PARA AS GERAÇÕES FUTURAS

JULIANO HEINEN.....	119
1 Introdução entendimentos parciais sobre a realidade.....	119
2 A unilateralidade colocada contra a parede.....	122
3 Ordenando o “admirável mundo novo”	125
4 Existe ainda Direito Administrativo? Ou: que Direito Administrativo é este?	130
Conclusões.....	140
Referências.....	142

“PRINCIPIOLOGISMO”: CULTURA DA INDETERMINAÇÃO NORMATIVA

OLAVO RIGON FILHO	145
Referências.....	151

DIREITO CONSTITUCIONAL

(Coordenador: Clèmerson Merlin Clève)

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ENTRE O PRESENTE E O FUTURO

CLÈMERSON MERLIN CLÈVE.....	155
I Introdução	155
II A Constituição amadurece.....	156
III O desenho institucional do Judiciário.....	157
IV O desenho institucional do Supremo Tribunal Federal.....	158
V O progressivo fortalecimento do Supremo Tribunal Federal.....	159
VI Correção tópica do desenho e das disfuncionalidades do Supremo Tribunal Federal	162
VII Conclusão: o Supremo do futuro	169
Referências.....	170

A IMPORTÂNCIA DA OAB ENQUANTO INSTITUIÇÃO INDEPENDENTE NA DEFESA DA DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL

ESTEFÂNIA MARIA DE QUEIROZ BARBOZA, GUSTAVO BUSS	175
1 Introdução	175
2 O papel assegurado à OAB no exercício do controle de constitucionalidade.....	178
3 A OAB enquanto entidade independente na defesa da democracia	183
4 Conclusão	186
Referências.....	187

DIREITOS FUNDAMENTAIS E RELAÇÕES PRIVADAS – BREVES NOTAS, EM ESPECIAL À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL BRASILEIRO

INGO WOLFGANG SARLET	189
1 Notas introdutórias	189
2 Considerações sobre a eficácia dos direitos fundamentais no âmbito do Direito Privado, em especial na esfera das relações privadas	190
3 A identificação e o desenvolvimento de algumas pautas de solução, à luz de exemplo extraído da jurisprudência do STF	195
4 Considerações finais	200

O DIREITO ADMINISTRATIVO E OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: UM NOVO RESPLENDOR OFERECIDO POR MARÇAL JUSTEN FILHO		
JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI, WALTER GODOY DOS SANTOS JR.		203
Referências.....		209
EM DEFESA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: UM BREVE RELATO PESSOAL SOBRE O NECESSÁRIO AMADURECIMENTO DO JUDICIÁRIO		
JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA		211
Conclusão		223
Referências.....		224
DEMOCRACIA, MÍDIAS SOCIAIS E LIBERDADE DE EXPRESSÃO: ÓDIO, MENTIRAS E A BUSCA DA VERDADE POSSÍVEL		
LUÍS ROBERTO BARROSO, LUNA VAN BRUSSEL BARROSO		227
I	Democracia e populismo autoritário	227
II	Internet, mídias sociais e liberdade de expressão	229
III	Um modelo regulatório para as redes sociais	236
IV	O papel da sociedade	242
V	Novos desenvolvimentos sobre o tema	242
VI	Conclusão	244
Referências		244
APONTAMENTOS SOBRE ESTADO DE DIREITO E DEMOCRACIA: BREVES OBSERVAÇÕES SOBRE A TENSÃO ENTRE SOBERANIA POPULAR E PROTEÇÃO DOS DIREITOS INDIVIDUAIS NA EXPERIÊNCIA JURÍDICA MODERNA		
LUIZ EDSON FACHIN, FERNANDA BERNARDO GONÇALVES		249
Nota prévia.....		249
1	Introdução	250
2	As revoluções modernas: qual é o legado?.....	252
3	O surgimento do Estado de Direito; 'qui prodest'?	258
4	Considerações finais	262
Referências		263
O FENÔMENO CLIMÁTICO-AMBIENTAL E A NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO: APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DA PRECAUÇÃO DA INFORMAÇÃO E DA FRATERNIDADE		
LUIZ EDUARDO GUNTHER		265
1	Introdução	265
2	O fenômeno climático-ambiental e a negociação coletiva de trabalho.....	266
3	O princípio da precaução	269
4	O princípio da informação	270
5	O princípio da solidariedade e/ou fraternidade	274
6	Considerações finais	277
Referências.....		278
DA NECESSÁRIA VALORAÇÃO DOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS EM SITUAÇÕES DE CONFLITOS DE INTERESSE ENTRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A TUTELA DA DIGNIDADE HUMANA DAS HIPERVULNERÁVEIS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA. DIREITO À CONDIÇÃO ESPECIAL DE TRABALHO (CET)		
MÁRIO GOULART MAIA		281
1	Introdução	281
2	Da legislação aplicável e necessária ponderação dos direitos fundamentais em discussão nos pedidos de concessão especial de trabalho	284
3	Conclusão	292
Referências.....		293
O PAPEL DA COMPARAÇÃO JURÍDICA NA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO ADMINISTRATIVO		
MATHEUS GOMES SETTI, MELINA GIRARDI FACHIN		295
1	Introdução	295
2	Constitucionalização do Direito Administrativo.....	296
3	Comparação jurídica como vetor da constitucionalização.....	301
4	Conclusão	308
Referências.....		309
O AMICUS CURIAE NO STF: ENTRE UM TRIBUNAL FECHADO		

E A SELETIVIDADE ARBITRÁRIA

MIGUEL GUALANO DE GODOY	313
Proêmio: a sorte de ter sido aluno do Prof. Marçal Justen Filho e o privilégio de ter trabalhado com ele.....	313
1 <i>Amicus curiae</i>	314
2 O Plenário tapando os ouvidos: a irrecurribilidade da decisão que não admite o ingresso de <i>amicus curiae</i>	315
3 Um tribunal fechado: por que pessoa física não pode ser <i>amicus curiae</i> perante o STF?	318
4 Por que <i>amicus curiae</i> não pode opor embargos de declaração?.....	320
5 Conclusão: rigor normativo e legitimidade democrática andam juntos, não separados	324
Referências.....	325

DA SÚMULA PERSUASIVA À RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL

ROBERTO ROSAS	327
----------------------------	------------

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO BRASILEIRO. SOBRE O BEM-ESTAR DOS ANIMAIS

SERGIO FERRAZ	331
----------------------------	------------

LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Coordenadores: Alexandre Wagner Nester e Egon Bockmann Moreira)

AS REPERCUSSÕES DA PRIVATIZAÇÃO NAS LICITAÇÕES E CONTRATOS DA EMPRESA ESTATAL

ALÉCIA PAOLUCCI NOGUEIRA BICALHO	347
1 Introdução	347
2 Delimitação do tema	348
3 Marco jurídico-corporativo da privatização	348
4 As licitações e contratos da empresa estatal em processo de privatização.....	349
4.1 Contratos em execução	349
5 Licitações em curso	356
6 Conclusões.....	357
Referências.....	358

O PREGÃO E O FENÔMENO DA SELEÇÃO ADVERSA

ALEXANDRE WAGNER NESTER	361
1 Desbravando o Direito Público	361
2 O pregão no Direito brasileiro.....	362
3 O objetivo do pregão.....	363
4 A definição de pregão.....	364
5 A primeira dificuldade: definição do objeto comum	365
5.1 A diferença entre as modalidades legalmente previstas.....	365
5.2 Os bens e serviços comuns.....	366
6 A segunda dificuldade: a seleção adversa	368
6.1 Falhas de mercado e assimetria de informações	368
6.2 O estudo de George Akerlof: <i>the market for "lemons"</i>	369
6.3 O fenômeno da seleção adversa no pregão	370
6.4 A mutação dinâmica da proposta.....	370
6.5 O risco moral (<i>moral hazard</i>).....	371
6.6 Os mecanismos de mitigação do problema.....	372
7 O objetivo de eficiência como desafio do pregão	373
Referências.....	374

A RELATIVIDADE DO TEMPO NO REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO: É POSSÍVEL REAJUSTE SAZONAL?

BRADSON CAMELO, LINDINEIDE OLIVEIRA CARDOSO	375
1 Introdução	375
2 Fundamentos Legais para o reajustamento em sentido estrito sazonal.....	377
3 Aspectos econômicos dos contratos e dos reajustes sazonais.....	380
3.1 Dos riscos e incertezas	381
3.2 Da aversão ao risco.....	381
3.3 Problemas de informação: risco moral e seleção adversa	382
3.4 O critério de reajuste e a estrutura mercadológica.....	383
Conclusão	385
Referências.....	386

O TERMO ADITIVO E O APOSTILAMENTO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: HIPÓTESE PRÁTICA DE DISTINÇÃO

CAROLINA ZANCANER ZOCKUN, MAURÍCIO ZOCKUN	389
--	------------

I	Introdução	389
II	A questão do vale-transporte	389
III	Distinção entre termo aditivo e apostilamento	393
IV	Do apostilamento para a alteração do vale-transporte	395
V	Conclusões.....	396
	Referências.....	397

DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR: PLANEJAMENTO, FRACIONAMENTO DE DESPESA E A INTERPRETAÇÃO DO ART. 75, §1º, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021

CHRISTIANNE DE CARVALHO STROPPA, GABRIELA VERONA PÉRCIO.....		399
I	Introdução	399
II	O planejamento como pilar de sustentação das contratações públicas	400
III	Os impactos da LINDB na aplicação da lei	401
IV	Legalidade, ilegalidade e necessidade de atendimento do interesse público	402
V	A nova hipótese de dispensa <i>em razão</i> do valor	403
VI	O fracionamento de despesa.....	404
	Referências.....	410

BREVE RETROSPECTIVA DOS 100 ANOS DE REGULAÇÃO FINALÍSTICO-LEGAL DAS LICITAÇÕES E SUA IMBRICAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL

DANIEL FERREIRA		413
	Introdução	413
1	As finalidades legais da licitação pública no contexto pré-constitucional	414
2	Os fins licitatórios no contexto pós-Constituição da República até 2006.....	417
3	A assaz criticada Lei Complementar nº 123/2006 e o tratamento favorecido conferido às microempresas e às empresas de pequeno porte	418
4	As múltiplas finalidades da licitação a partir da Medida Provisória nº 495/2010 e seus impactos na promoção indireta e mediata do desenvolvimento nacional sustentável	420
	Considerações finais	426
	Referências.....	426

DA ALOCAÇÃO DE RISCOS À LUZ DA LEI Nº 14.133/2021

DINORÁ ADELAIDE MUSETTI GROTTI, JOSÉ ROBERTO PIMENTA OLIVEIRA.....		429
1	Introdução	429
2	Planejamento da contratação e cláusula de matriz de riscos	431
3	Hipóteses de obrigatoriedade legal da cláusula de matriz de risco	433
4	Matriz de riscos e formulação do ato convocatório	437
5	Alocação de riscos e eficiência.....	440
6	Matriz de riscos e modificações unilaterais contratuais	442
7	Matriz de riscos e fato do príncipe	443
8	Matriz de riscos e caso fortuito/ força maior.....	444
9	Matriz de riscos e fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis.....	445
10	Matriz e riscos securitizáveis para o contratado.....	446
11	Quantificação dos riscos e valor estimado da contratação.....	447
12	Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e observância da matriz contratual.....	448
13	Renúncia e pedidos de recomposição de equação econômico-financeira	449
14	Resolução contratual, riscos securitizáveis e agravos anormais à execução contratual	450
15	Alteração contratual da cláusula de matriz de riscos	450
16	Considerações finais	451
	Referências.....	452

BREVES APONTAMENTOS SOBRE O EDITAL DAS LICITAÇÕES À LUZ DA LEI Nº 14.133/2021

EDGAR GUIMARÃES.....		455
I	Introdução	455
II	Natureza jurídica do edital	456
III	Competência para elaborar e assinar editais	457
IV	Prerrogativas e limites na elaboração do edital	460
V	A utilização de minutas-padrão de editais.....	461
VI	Controle prévio de legalidade.....	462
VII	Publicidade do edital	463
VIII	Prazos mínimos	464
IX	Mutabilidade do edital e suas consequências	465
X	Conclusões.....	466
	Referências.....	467

COMPLEMENTARIDADE E DISCRICIONARIEDADE PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE

FERNANDO BORGES MÂNICA.....	469
1 Introdução	469
2 A complementaridade na CF/88 e na Lei Orgânica do SUS	470
3 Os dois modelos de complementaridade	472
4 A Lei Orgânica da Saúde (LOS) e sua regulamentação: a complementaridade externa ou de serviços	474
5 Complementaridade interna ou de gestão: os contratos de gestão com organizações sociais	476
6 Conclusão: complementaridade interna e a motivação necessária para o ato que decide pela celebração de um contrato de gestão no setor de saúde	478
Referências.....	479

O TRATAMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS PELA LEI Nº 14.133/2021

FERNANDO VERNALHA GUIMARÃES.....	481
1 Nota sobre a importância do pensamento de Marçal Justen Filho para o tema das licitações e contratos administrativos no Brasil	481
2 Evolução da noção de equilíbrio econômico-financeiro na experiência brasileira.....	482
3 A noção de equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo extraída da Lei nº 14.133/2021.....	483
4 Comandos jurídicos veiculados na Lei nº 14.133/2021 condicionantes da composição do equilíbrio contratual.....	484
5 Normas definidoras de critérios para a alocação dos riscos no plano do contrato	484
5.1 A aplicação extensiva da regra do art. 103, §1º, da Lei nº 14.133/2021	485
5.2 A definição de obrigações de resultado e de obrigações de meio.....	485
5.3 O tratamento contratual do risco da elevação expressiva do custo inflacionário	486
6 A tutela dos riscos extracontratuais veiculada no artigo 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021	487
7 O direito das partes à preservação do equilíbrio contratual.....	488
7.1 Pressupostos ao exercício do direito à compensação.....	488
7.2 Delimitação temporal da responsabilidade das partes em relação à alocação de riscos.....	488
7.3 Direito à recomposição do equilíbrio contratual e decadência	488
8 A extensão da compensação pela recomposição do equilíbrio contratual	490
8.1 As altas inflacionárias extraordinárias e a falácia da recomposição do <i>equilíbrio global</i> do contrato	490
8.2 Responsabilidade indenizatória decorrente de interferências administrativas e de sua mora no cumprimento de obrigações instrumentais à execução das obrigações do contratado	492
9 Prazo para a recomposição do equilíbrio contratual	493
9.1 A mora administrativa e a extensão do dever indenizatório correspondente	493
10 As formas possíveis para a compensação indenizatória	493
11 Equilíbrio contratual e regime de execução	494
Referências.....	495

O CONCEITO JURÍDICO DE VANTAJOSIDADE FORMULADO POR MARÇAL JUSTEN FILHO

FERNÃO JUSTEN DE OLIVEIRA.....	497
1 Introdução	497
2 A linguagem jurídica	498
2.1 Linguagem natural e linguagem científica.....	498
2.2 Do signo à pragmática.....	499
2.3 Discurso da norma jurídica.....	500
3 O que é um conceito jurídico?	500
3.1 Conceito essencialista e conceito jurídico	501
3.2 O problema da indeterminação dos termos.....	501
3.3 Neologismo e definição.....	502
3.4 Conteúdo e evolução do conceito jurídico de vantajosidade.....	502
4 A vantajosidade na 1ª edição de <i>Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos</i> – 1993	503
4.1 “Seleção da melhor proposta” como matriz.....	503
4.2 Ponderação entre vantajosidade e isonomia	503
4.3 Promoção dos direitos fundamentais envolvidos	503
4.4 Contratação eficiente por atividade vinculada	504
5 A vantajosidade na 5ª edição de <i>Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos</i> – 1998	504
5.1 Insuficiência do vocábulo “vantagem”	505
5.2 Obstáculo à vantajosidade a pretexto de isonomia	505
5.3 Rejeição ao formalismo irracional.....	505
5.4 Licitação como instrumento da vantajosidade.....	506
5.5 Qualidade como elemento da vantajosidade	507
6 A vantajosidade na 10ª e na 11ª edições de <i>Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos</i> – 2004 e 2005	508
6.1 Correção de defeitos por proporcionalidade – 10ª edição	508
6.2 Crítica à expressão “indisponibilidade do interesse público” – 11ª edição.....	508
6.3 Princípio da República e interesses supraindividuais – 11ª edição	509
7 A vantajosidade na 12ª edição de <i>Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos</i> – 2008	509
7.1 Rejeição categórica da tese da “supremacia” do interesse público.....	510

7.2	Dever de eficiência e princípio da República	510
7.3	Integração da economicidade ao conceito de vantajosidade	511
7.4	Discrecionariedade de meios e indisponibilidade de fins	511
7.5	Preço e custos de transação	512
8	A vantajosidade na 15ª edição de <i>Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos</i> – 2012	512
8.1	Desenvolvimento nacional sustentável como fim da contratação pública	513
8.2	Caráter axiológico das múltiplas vantajosidades	514
8.3	Legitimação de vantajosidades não econômicas	514
8.4	Persistência da eficiência econômica	514
9	A vantajosidade na 16ª e na 17ª edições de <i>Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos</i> – 2014 e 2016	515
9.1	Vantajosidade por redução da insegurança ao particular – 16ª edição	515
9.2	Presunção relativa de imperatividade da licitação – 17ª edição	516
9.3	Função social da empresa estatal mediante vantajosidade econômica – 17ª edição	516
10	A vantajosidade na 1ª edição de <i>Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas</i> – 2021	516
11	Conclusão	518
	Referências	519

AS SANÇÕES DE EFEITOS EXTERNOS NA LEI Nº 14.133/21

FLÁVIO AMARAL GARCIA	523
1 A oportunidade da homenagem	523
2 As sanções administrativas de efeitos externos	523
3 A fixação de parâmetros para a dosimetria das sanções	524
4 A tipificação das infrações	525
5 O impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar: as distinções quanto à extensão e prazo	527
6 A incidência do princípio da proporcionalidade	529
7 O devido processo legal administrativo sancionador	531
8 A autoridade administrativa sancionadora	532
9 A reabilitação	533
10 Os cadastros unificados	534
11 Apontamentos finais	535

O ASSESSORAMENTO JURÍDICO NAS LICITAÇÕES E CONTRATOS NO CONTEXTO DA LEI Nº 14.133/2021

GUILHERME CARVALHO		537
1	Introdução	537
2	O papel do órgão de assessoramento jurídico na fase preparatória da licitação.....	538
2.1	A análise prévia da legalidade: art. 53, <i>caput</i>	538
2.2	Conteúdo do parecer jurídico: §1º do art. 53.....	541
2.3	A divulgação do edital após a instrução jurídica: §3º do art. 53	543
2.4	O parecer jurídico na contratação direta e em outros instrumentos: §4º do art. 53.....	544
2.5	A dispensabilidade do parecer jurídico: §5º do art. 53	545
3	A atuação do órgão de assessoramento jurídico em outras fases da contratação pública	547
3.1	O papel do órgão de assessoramento no controle das contratações.....	547
3.2	O papel do órgão de assessoramento jurídico no encerramento da licitação	548
3.3	A atuação do órgão de assessoramento jurídico na atividade consensual da Administração Pública	548
4	Considerações finais	549
	Referências.....	549

A VIAGEM REDONDA: A LEI Nº 14.133/2021 E O RESILIENTE PROBLEMA DAS NORMAS GERAIS EM LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

GUSTAVO BINENBOJM	551
I Nota prévia	551
II A Lei nº 14.133/2021 e o resiliente problema das normas gerais em matéria de licitações e contratações públicas	552
III Duas premissas: (I) há normas gerais e normas específicas na Lei nº 14.133/2021; (II) as normas relativas aos agentes de contratação são normas específicas	553
IV Conclusões	556

AS MUDANÇAS E INOVAÇÕES INTRODUZIDAS PELA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E OS DESAFIOS NA SUA IMPLANTAÇÃO

JORGE ANTÔNIO DE OLIVEIRA FRANCISCO, CAROLINE VIEIRA BARROSO SULZ GONSALVES	559
1 Introdução	559
2 O Tribunal de Contas da União e a governança pública das aquisições	559
3 Pilares da nova Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública	560
4 Próximos passos e desafios da efetiva implantação da Lei nº 14.133/2021	565
5 Conclusão	566

OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA – A TRANSIÇÃO PARADIGMÁTICA DETERMINADA PELA LEI Nº 14.133/21

JOSÉ ANACLETO ABDUCH SANTOS	567
1 Introdução	567
2 Os objetivos do processo da contratação pública como estratégia impositiva de governança e a responsabilidade da Alta Administração	568
3 Primeiro objetivo: assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto	569
4 Segundo objetivo: assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição	571
5 Terceiro objetivo: evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos	573
6 Quarto objetivo: incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável	574
7 Conclusões	578
Referências	578

O CONHECIMENTO E A DOUTRINA COMO ELEMENTARES PARA A GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES: A CONTRIBUIÇÃO DO PROFESSOR MARÇAL JUSTEN FILHO

LUCIANO ELIAS REIS	579
I Introdução	579
II O dever de capacitação dos agentes públicos	580
III Posição das Cortes de Contas como indutor do avanço ao conhecimento na área de contratações públicas	581
IV Experiência da União Europeia sobre a profissionalização e a capacitação dos agentes públicos	584
V A Lei nº 14.133/2021 e a preocupação com a capacitação dos agentes públicos	586
VI A gestão por competências e a estruturação da área de contratações públicas como instrumentos efetivos de governança das contratações	587
VII O papel do conhecimento e da doutrina	589
Referências	591

ESPAÇOS DA VINCULAÇÃO E DA DISCRICIONARIEDADE EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

LUIZ ALBERTO BLANCHET	593
1 Introdução	593
2 A vinculação e a discricionariedade na solução de problemas pertinentes a obras, serviços, compras ou alienações	597
3 A identificação do objeto da licitação e seu papel na delimitação da discricionariedade	602
Referências	605

A CONTRIBUIÇÃO DE MARÇAL JUSTEN FILHO PARA A INTERPRETAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES

MARÇAL JUSTEN NETO	607
1 Conceitos gerais	607
2 A evolução do tema	607
3 A influência dos autores na criação do Direito Administrativo	608
4 A contribuição de Hely Lopes Meirelles	608
5 A evolução legislativa	609
6 A publicação dos Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos	609
7 A produção acadêmica de Marçal Justen Filho sobre licitação	610
8 As sucessivas edições dos <i>Comentários</i>	610
9 A consagração de Marçal Justen Filho como autoridade em licitações	611
10 O impacto sobre o tema das licitações	611
11 Um processo de avanços e retrocessos	612
12 Como medir o impacto da obra de um doutrinador?	612
13 A metodologia adotada: verificação na jurisprudência	613
14 Os problemas da metodologia adotada	614
15 As referências a Marçal Justen Filho na jurisprudência do STF sobre licitação	615
16 O impacto na interpretação da Lei de Licitações	633
17 O fim da ilusão	633
18 Uma lição pessoal	634
Referências	634

PARÂMETROS DE ACEITABILIDADE DO SEGURO-GARANTIA EM OBRAS PÚBLICAS: UM NOVO DESAFIO PARA O CONTROLE EXTERNO APÓS A LEI Nº 14.133/2021

MARCOS BEMQUERER COSTA, PATRÍCIA REIS LEITÃO BASTOS	637
1 Introdução	637
2 Das determinações do Tribunal de Contas da União para a glosa de valores	639
3 Da autorização do TCU para a substituição da glosa de valores pelas garantias previstas na Lei nº 8.666/1993	640
4 Da constatação de que a substituição da glosa de valores pelo seguro-garantia pode se tornar medida inócua	642

5	Da necessidade de definição de parâmetros de aceitabilidade do seguro-garantia em substituição à glosa de valores....	646
6	Dos questionamentos quanto à utilização do seguro-garantia também no âmbito dos processos judiciais.....	648
7	Da previsão do seguro-garantia na Lei nº 14.133/2021	651
8	Considerações finais	652
	Referências.....	654

DIÁLOGO COMPETITIVO

ODETE MEDAUAR	657
1 Introdução	657
2 Noção	658
3 Aplicabilidade.....	659
4 Operacionalidade	660
5 Conclusão	661
Referências.....	661

DECRETAÇÃO DE NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO: DIÁLOGO PÚBLICO VS. PRIVADO

RENATA C. STEINER.....	663
Parte I – O regime da nulidade contratual no Direito Administrativo em três tempos.....	664
1.1 A moldura legal na Lei nº 8.666/1993	664
1.2 A alteração na LINDB	667
Parte II – O regime das nulidades contratuais no Direito Privado	672
2.1 A moldura legal no Código Civil de 1916	672
2.2 A moldura legal no Código Civil de 2002	674
2.3 Nulidade, produção de efeitos e regras de conservação: há válvulas de escape?	675
Parte III – Entre cogência e flexibilidade: em busca de um sentido que justifique a orientação diversa no Direito Público e no Direito Privado.....	677
Referências.....	679

COMO E QUANDO SE FORMA O CONTRATO ADMINISTRATIVO

RENATO GERALDO MENDES	683
1 Introdução	683
2 O acordo de vontades.....	685
3 Homologação e adjudicação.....	689
4 O contrato e suas dimensões formal e material.....	690
5 Distinção entre contrato, instrumento de contrato e ordem de fornecimento ou execução	692
6 Aplicação prática da presente tese.....	693
7 Ponderações finais.....	695
Referências.....	695

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

RICARDO MARCONDES MARTINS.....	697
1 Introito	697
2 Contrato administrativo e “prerrogativas”	697
3 Âmbito de incidência do art. 104 da Lei nº 14.133/21	700
4 Aplicação de normas privadas	701
5 Supremacia especial.....	702
6 Modificação unilateral	703
7 Cláusulas inalteráveis	707
8 Equilíbrio econômico-financeiro	707
9 Extinção unilateral	708
10 Fiscalização.....	710
11 Sanção	711
12 Aposamento administrativo	711
Referências.....	713

SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL

ROBERTA JARDIM DE MORAIS	717
CESAR PEREIRA	717
1 Introdução	717
2 Sustentabilidade nos contratos regidos pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos.....	719
2.1 “Desenvolvimento nacional” e a dimensão constitucional das contratações públicas sustentáveis	719
2.2 Contratações públicas sustentáveis na Lei nº 8.666.....	720
2.3 Contratações públicas sustentáveis a partir da Lei nº 14.133.....	721
3 Sustentabilidade nos contratos administrativos internacionais	723
3.1 Esforços internacionais para a promoção das contratações públicas sustentáveis	723

3.2	Sustentabilidade no GPA/WTO e a potencial acessão do Brasil	724
4	Sustentabilidade e inidoneidade.....	725
4.1	Infrações ambientais e sanções de impedimento de licitar	725
4.2	Interação entre infrações penais e administrativas	726
5	Conclusão	726
	Referências.....	727

INEXISTÊNCIA DE PERSONALISMO DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA:

A CONTRIBUIÇÃO DE MARÇAL JUSTEN FILHO

RODRIGO GOULART DE FREITAS POMBO.....		729
1	Introdução	729
2	A afirmação do caráter personalíssimo do contrato administrativo	730
3	A revisão da concepção sobre o alegado caráter personalíssimo do contrato administrativo: a contribuição de Marçal Justen Filho	731
3.1	A conotação específica reconhecida ao aludido caráter <i>intuitu personae</i>	731
3.2	O aprofundamento da crítica	732
4	A alteração gradual do posicionamento sobre o tema: jurisprudência	734
4.1	Jurisprudência do TCU.....	734
4.2	Jurisprudência do STF	735
5	A alteração do posicionamento sobre o tema: legislação	737
5.1	As hipóteses da Lei nº 11.079/2004 e Lei nº 8.987/1995	738
5.2	A Lei nº 8.666 (art. 78, VI) e a Lei nº 14.133 (art. 137, III)	738
5.3	O seguro-garantia com cláusula de retomada (<i>step-in</i>)	741
6	Conclusão	742
	Referências.....	742

A LEI Nº 14.133/2023 E O NOVO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

RONNY CHARLES LOPES DE TORRES		745
1	Introdução	745
2	Breve histórico sobre a evolução normativa do SRP	746
3	Características do SRP e condições para sua adoção	748
4	Apontamentos sobre algumas das principais inovações do SRP na Lei nº 14.133/2021	750
4.1	Possibilidade de fornecedores registrados com preços diferentes	750
4.2	Registro de preços para contratações diretas	751
4.3	Registro de preços para obras	752
4.4	SRP e menor preço por grupo	753
4.5	Prazo de vigência da ata de registro de preços.....	754
4.6	Alteração e atualização dos preços registrados	755
4.7	Da adesão à ata de registro de preços	756
5	Conclusão	762
	Referências.....	762

DIREITO TRIBUTÁRIO

(Coordenadora: Betina Treiger Gruppenmacher)

O DIFERIMENTO OU SUBSTITUIÇÃO REGRESSIVA E A SUA NATUREZA JURÍDICA

BETINA TREIGER GRUPENMACHER, FLÁVIA TREIGER GRUPENMACHER.....		767
1	Introdução	767
2	O sujeito passivo da relação jurídico-tributária.....	768
3	Responsabilidade por substituição tributária	770
4	Diferimento: benefício fiscal ou substituição tributária?.....	771
5	Conclusão	776
	Referências.....	777

IMPACTOS DO JULGAMENTO DO ERESP Nº 1.795.347/RJ: POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL EM AÇÃO ANULATÓRIA

À LUZ DOS ARTIGOS 20 E 24 DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

FERNANDA GUIMARÃES HERNANDEZ, RODRIGO GABRIEL ALARCON		779
1	Introdução	779
2	Possibilidade de conversão de embargos à execução fiscal em ação anulatória de débito fiscal.....	781
3	Observância dos artigos 20 e 24 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB)	784
4	Conclusão	786
	Referências	788

A HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA DO IPI SEGUNDO MARÇAL JUSTEN FILHO: UM JURISTA QUE DOMINA O PEQUENO E MORA NAS ALTURAS!

JOSÉ ROBERTO VIEIRA	789
1 Homenagem ao Jurista	789
2 Teoria da norma jurídica de incidência tributária: independência e originalidade	792
3 Hipótese de incidência do IPI.....	795
3.1 Núcleo constitucional	795
3.2 Complemento infraconstitucional	797
3.3 Critério pessoal	800
4 Hipótese de Incidência do IPI segundo Marçal Justen Filho	802
5 Do domínio do pequeno à morada nas alturas.....	803
Referências.....	805

SISTEMA AMBIENTAL-TRIBUTÁRIO E O CONTROLE DAS EMISSÕES DE CO₂

LEONARDO SPERB DE PAOLA.....	811
1 O sistema ambiental-tributário na Constituição	811
2 A caixa de ferramentas da defesa do meio ambiente	813
3 Tributação das emissões de CO ₂	817
3.1 Novo imposto seletivo sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente	820
3.2 Contribuição de intervenção no domínio econômico	822
4 Incentivos fiscais	823
Referências.....	826

LEGITIMAÇÃO SUBJETIVA PASSIVA TRIBUTÁRIA: UM CONTRAPONTO ENTRE AS CONTRIBUIÇÕES DO PROFESSOR MARÇAL JUSTEN FILHO E AS VIOLAÇÕES DAS GARANTIAS JUSTRIBUTÁRIAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO ATUAL

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, EDSON KOHL JUNIOR, ANDRESSA LAMEU	829
1 Introdução	829
2 Conceito e características da sujeição passiva tributária e responsabilidade tributária	830
3 Responsabilidade tributária solidária: uma análise acerca da ausência de interesse comum na situação que constitui o fato gerador da exação tributária e violação da regra-matriz tributária	833
4 Implicações práticas da configuração da responsabilização solidária tributária desenfreada	835
5 Conclusão	839
Referências.....	840

TRIBUTAÇÃO E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: UM HISTÓRICO DESINTERESSE

ANA LÚCIA BARELLA, OCTAVIO CAMPOS FISCHER.....	841
Introdução	841
1 O financiamento da educação pública nas constituições anteriores à CF/88	842
2 O financiamento da educação pública na Constituição atual.....	847
3 A importância dos impostos para a educação pública no Brasil.....	854
Considerações finais	860
Referências.....	862

OS GASTOS TRIBUTÁRIOS E OS INVISÍVEIS

REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA	865
--	------------

A EXCLUSÃO DO ISS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS/COFINS

ROQUE ANTONIO CARRAZZA.....	883
1 Introdução	883
2 Escorço histórico.....	884
3 O <i>princípio da segurança jurídica</i> e a irretroatividade dos precedentes do <i>STF</i>	886
4 Da equivalência das inserções do <i>ICMS</i> e do <i>ISS</i> , na base de cálculo do <i>PIS/COFINS</i> , a exigir o mesmo tratamento jurídico-tributário	892
5 O perfil constitucional do <i>ISS</i>	900
6 Da irrelevância, para o deslinde do caso em consulta, de o <i>ISS</i> , ao contrário do <i>ICMS</i> , não dever obedecer ao <i>princípio da não cumulatividade</i>	903
7 Conclusão	905
Referências.....	905

A LEI COMPLEMENTAR COMO AGENTE NORMATIVO ORDENADOR DO SISTEMA TRIBUTÁRIO E DA REPARTIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

SACHA CALMON NAVARRO COELHO.....	909
1 As leis complementares da Constituição.....	909
2 As leis complementares tributárias	910
3 O lugar da lei complementar no ordenamento jurídico – O âmbito de validade das leis em geral – Enlace com	

	a teoria do federalismo	910
4	A lei complementar e seu relacionamento jurídico com a Constituição Federal e as leis ordinárias	913
5	Como operam as leis complementares em matéria tributária	914
6	Os três objetos materiais genéricos da lei complementar tributária segundo a Constituição Federal de 1988.....	917
7	Conflitos de competência	917
8	Regulação das limitações ao poder de tributar.....	919
9	Apreciações críticas sobre a matéria em exame.....	920
10	Normas gerais de Direito Tributário	921
11	O federalismo brasileiro – Aspectos – Ligação com o tema das leis complementares.....	924
12	O “poder” das normas gerais de Direito Tributário em particular	925
13	O art. 146-A do Texto Constitucional – A preservação da concorrência	927
14	Temas tópicos constitucionais reservados à lei complementar em matéria tributária.....	927
15	A necessidade de lei complementar prévia para a instituição de impostos e contribuições	928

A INFLUÊNCIA DAS CONCEPÇÕES CENTRALIZADORA E DESCENTRALIZADORA NA CONFIGURAÇÃO DO FEDERALISMO TRIBUTÁRIO: O CASO DO ATO ADICIONAL DE 1834, AS INTERPRETAÇÕES DE TAVARES BASTOS E DO VISCONDE DO URUGUAY, E O FEDERALISMO MONÁRQUICO NO BRASIL IMPÉRIO

	WEDER DE OLIVEIRA	931
	Introdução	931
1	O federalismo monárquico	933
2	O contexto nacional e as interpretações de Tavares Bastos e do Visconde do Uruguay sobre o Ato Adicional de 1834....	935
3	Centralização e descentralização: Visconde do Uruguay e Tavares Bastos.....	953
	Conclusão	957
	Referências.....	958
	SOBRE OS AUTORES.....	961